

# UMA DIVERGÊNCIA A MENOS COM OS CREDORES

O empréstimo dos bancos está definido. Agora falta a "cláusula de arresto".

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, anunciou ontem o novo esquema de vinculação entre o desembolso dos US\$ 5,2 bilhões que os bancos vão emprestar ao Brasil e o acordo que está em negociação com o FMI. O esquema, que prevê graus crescentes de vinculação a partir da segunda parcela do empréstimo, foi acertado na sexta-feira em Nova York com o comitê dos bancos credores privados. Agora, falta apenas definir a chamada "cláusula de arresto", para que se conclua o protocolo entre o Brasil e os bancos. O Brasil quer eliminar essa cláusula, que permitiria aos credores bloquear reservas ou bens brasileiros no Exterior se o País descumprir os termos do acordo.

Nas palavras de Mailson, o novo esquema acertado na última sexta-feira possibilitará uma "relação" negociada para a terceira parcela (a última), permitindo aos bancos, por decisão da maioria, dispensar o Brasil de cumprir as metas fixadas no acordo com o FMI. O ministro considerou o esquema "inovador", pois até agora a regra em negociações desse tipo tinha sido uma vinculação direta e automática dos desembolsos dos bancos ao cumprimento das metas do Fundo.

De acordo com a explicação de Mailson, apenas a terceira parcela do empréstimo — de US\$ 600 milhões e desembolso previsto para o primeiro trimestre de 89 — terá uma "relação" com o acordo com o

FMI (o ministro não gostou quando os jornalistas falaram em vinculação). Para ter direito a essa parcela, segundo Mailson, o Brasil precisará ter cumprido as metas fixadas no acordo para dezembro de 88. Mas mesmo que não consiga cumpri-las o País não será penalizado com um corte automático do desembolso, podendo pedir ao FMI um *waiver* (dispensa do cumprimento das metas), renegociar novas metas ou mesmo receber o *waiver* dos próprios credores.

"Mais de 90% do acordo não estará relacionado com metas acertadas com o Fundo", comemorava ontem Mailson da Nóbrega. Esse percentual corresponde às duas primeiras parcelas dos US\$ 5,2 bilhões, que serão desembolsadas ainda neste ano. Para a primeira parcela — US\$ 4 bilhões, a serem desembolsados no momento da assinatura do acordo definitivo com os bancos — não há vinculação de espécie alguma, afirmou o ministro. E para a segunda parcela, de US\$ 600 milhões e liberação prevista para o último trimestre do ano, não haverá vinculação a metas ou ao pagamento de parcelas do próprio FMI. Bastará que o acordo com o Fundo continue em vigor, para que o desembolso seja feito.

Segundo Mailson, o Brasil caminha para fechar um dos melhores acordos já assinados por um país devedor, e sem abrir mão de lutar por seus pontos de vista na negociação.

Arquivo



Mailson: um esquema inovador na dívida.